

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Thomas Canedo Alves

**PROJETO “ICH SUSTENTÁVEL”: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO HORIZONTE DA
ECOLOGIA POLÍTICA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Luciana Bittencourt Villela

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Thomas Canedo Alves, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202273042A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PROJETO “ICH SUSTENTÁVEL”: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO HORIZONTE DA ECOLOGIA POLÍTICA**, desenvolvido durante o período de 15 de março a 25 de setembro sob a orientação de Luciana Bittencourt Villela, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Thomas Canedo Alves

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

PROJETO “ICH SUSTENTÁVEL”: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO HORIZONTE DA ECOLOGIA POLÍTICA

Thomas Canedo Alves¹

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de, a partir da experiência de construção do projeto de extensão “ICH Sustentável”, apresentar uma comparação entre esta e as iniciativas anteriores associadas à ecologia política, agroecologia e humanização do espaço universitário na Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA), o laboratório Kizomba Namata e o espaço agroecológico Ewè. A problematização acerca dos principais desafios compartilhados por essas iniciativas é estruturada a partir de relatos dos agentes a elas associados, assim como pesquisa em acervo documental da instituição e pesquisa bibliográfica de artigos com relatos de experiências em construção de um conhecimento popular vinculado ao ambiente universitário não limitados à Zona da Mata Mineira. Essa problematização foi planejada com a intenção de, não somente apontar os principais dilemas a serem enfrentados tanto na presente empreitada, quanto nas futuras, mas também destacar o quanto a extensão universitária e a ecologia política têm a perder com o negligenciamento dessas demandas.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Agroecologia. Ecologia política. Educação popular.

INTRODUÇÃO

Mesmo com as intensas transformações provocadas pelos destemperos da racionalidade científica e com as profundas cicatrizes deixadas no mundo natural pelo capitalismo, a alimentação não pôde ser desvinculada da vida humana. O colonialismo químico, as políticas de produção e exportação do agronegócio e o colapso climático escancaram que em mais maneiras do que apenas o consumo, a forma de produção dos alimentos é central à sociedade humana e às suas possibilidades de futuro. Sendo assim, quando voltada à produção de alimentos, a educação ambiental crítica tem não somente forte apelo e capacidade de mobilizar afetos, mas também real potencial emancipatório, operando a partir da articulação máxima entre campo e cidade, entre corpo e natureza. Do mesmo modo, a horta em um ambiente universitário pode servir como perfeito articulador entre a sociedade e a academia.

Agregadoras e expansivas, as experiências de movimentos voltados à transformação do espaço universitário no Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora a partir da perspectiva da ecologia política que valorizaram conhecimentos tradicionais e reconheceram a necessidade de luta por justiça social, tiveram como seu marco fundador a horta batizada de espaço Ewè. No entanto, apenas dar função a um espaço que estava disponível não é suficiente para de fato transformar alunos em agentes da ecologia política ou mesmo tornar o espaço institucional que naturalmente se coloca como frio e intimidador, em um ambiente acolhedor a ser apropriado e cuidado por todos. Dessa forma, a estruturação de uma sala de aula ecológica abre possibilidades de uso desse espaço, desde sua função primária na produção de alimentos que possam ser doados ou consumidos pelos alunos e membros do corpo docente, até usos voltados à produção de conhecimento e suporte ao pequeno produtor regional como a utilização do espaço para aulas de educação ambiental. Tanto alunos de ensino fundamental e médio quanto alunos dos cursos de Ciências Humanas, Turismo, Geografia e Ciências Biológicas da própria universidade seriam contemplados pelos resultados desse ambiente. A humanização do espaço acadêmico e abertura das portas da universidade para a sociedade a partir do uso dessa sala de aula como espaço de vivências destinado à realização de eventos, feiras agroecológicas e palco para trocas e armazenamento de sementes crioulas, estreita os laços da universidade com os pequenos produtores regionais e trabalha para diminuir seu déficit com os membros da sociedade que não frequentam o ambiente acadêmico.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Luciana Bittencourt Villela

Com roças abandonadas, agricultura familiar enfraquecida, mudanças climáticas embrutecendo o clima e um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do estado de Minas Gerais, o potencial agrário de Juiz de Fora é desperdiçado a cada ano. O aproveitamento das dinâmicas da horta como laboratório com foco em relações socioambientais, práticas pedagógicas e desenvolvimento de técnicas agrícolas adequadas ao solo local é de fundamental importância, tanto para desenvolvimento acadêmico, quanto para revigorar as relações da com produtores locais que se encontram em situação de abandono perante as possibilidades de suporte técnico científico que a universidade poderia oferecer, especialmente considerando a carência de um curso voltado às Ciências Agrárias na instituição. O Núcleo de Estudos em Agroecologia (descontinuado) já apontava para a demanda regional de uma postura ativa da universidade no suporte aos pequenos agricultores. Sua reativação pode ser uma solução rumo a articulação desses produtores precarizados, discentes e docentes, visando a agroecologia como âncora para suprir a necessidade de um núcleo de pesquisa em ciências agrárias e iniciativa de cursos de formação de agricultores e agentes ambientais na UFJF. Ana Primavesi ressalta que a importação de tecnologias agrícolas de zonas temperadas não é adequada aos solos tropicais, sendo essa uma condição estruturante das dinâmicas de insegurança e dependência de subsídios do pequeno agricultor brasileiro. O desenvolvimento de tecnologias adaptadas às condições locais ao ponto destas cristalizarem-se como um “ecótono”, além de basilar ao real desenvolvimento das condições de produção de alimentos e da qualidade de vida do agricultor, é papel de máxima importância da universidade. (PRIMAVESI, 2021, p.4)

A fim de discutir o potencial da agroecologia na extensão universitária a partir das experiências aplicadas na Universidade Federal de Juiz de Fora esse artigo se divide nas seguintes seções: 1) Introdução - em que a alimentação e agroecologia são colocadas como ferramentas articuladoras cruciais à formação de agentes ambientais. 2) Extensão universitária, agroecologia e ecologia política - que aponta as conexões entre esses movimentos, dialogando com artigos que retratam outras experiências de extensão universitária com intenções similares. 3) Espaço agroecológico Ewê e Núcleo de Estudos em Agroecologia - que reúne e apresenta as ações vinculadas à agroecologia no ambiente universitário já aplicadas e descontinuadas, assim como os principais desafios encontrados na trajetória. 4) Projeto “ICH Sustentável” - que apresenta o projeto, as ações articuladas por ele e seus compromissos futuros, reconhecendo também os percalços enfrentados até o momento de escrita deste artigo. 5) Desafios - que expõe e compara as principais dificuldades enfrentadas por ambos projetos construídos na Universidade Federal de Juiz de Fora e em que medida esses problemas são específicos a seu recorte e o quanto se comunicam com as experiências universais. 6) Considerações finais.

A primeira etapa da pesquisa foi construída a partir de pesquisa bibliográfica nas obras de autores cuja produção tem potencial enriquecedor para a delimitação da discussão acerca da ecologia política e do potencial formador de agentes da extensão universitária. Adicionalmente, os artigos produzidos por Spensy Kmita Pimentel e Paulo Dimas Rocha de Menezes sobre experiências da “Teia dos Povos” na Universidade Federal do Sul da Bahia e por Josimeire Aparecida Leandrini sobre as ações de Extensão com agroecologia na Universidade Federal da Fronteira Sul foram também de fundamental importância para acelerar a discussão promovida neste artigo. Uma pesquisa documental foi promovida sobre os relatórios das ações de extensão com agroecologia promovidas na Universidade Federal de Juiz de Fora. Uma das ações do projeto “ICH Sustentável” é a construção de um grupo de estudos acerca das temáticas abordadas, portanto, a produção de fichamentos a partir da pesquisa bibliográfica foi de grande importância. A segunda parte da pesquisa se deu por estudo exploratório-descritivo da experiência promovida dentro do projeto do ICH, assim como através de entrevistas em profundidade com agentes tocados pelos projetos e, especialmente, a resposta produzida a partir do estreitamento de laços da universidade com agentes de movimentos camponeses próximos de Juiz de Fora como a MOGICO (Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, AGROECOLOGIA E ECOLOGIA POLÍTICA

Os avanços epistemológicos deflagrados pela ecologia política em comparação com o conservacionismo ressaltaram que essa luta é mais do que a preservação de um substrato estéril sobre o qual a história humana se desenrola, a ecologia política percebe que são agentes múltiplos que compõem essa relação, sendo a natureza um desses agentes. Por vezes chamada de “ecologia dos pobres”, a ecologia política já era capaz de reconhecer as variações subjetivas e materiais que formam os múltiplos agentes da relação entre humanidade e natureza e que os reflexos dessa relação se impõem de forma assimétrica. A

proposta de construção de conhecimento sobre bases locais capazes de reconhecer as cicatrizes carregadas pelos sujeitos que o constroem, assim como as heranças e apagamentos epistemológicos que marcam suas trajetórias, possibilitando-os a reivindicar seus territórios, ou construir seus mundos roubados, é consideravelmente enriquecida pelo aprofundamento da luta ambiental apontado por Malcom Ferdinand que apresenta uma ecologia decolonial.

“A ecologia decolonial é uma ecologia de luta. Longe do ambientalismo da arca de Noé, que recusa o mundo e prolonga a dominação dos escravizados, trata-se de questionar as maneiras coloniais de habitar a Terra e viver junto. O confronto das destruições ecossistêmicas está, portanto, intimamente ligado a uma exigência de igualdade de emancipação.” (FERDINAND, 2022, p. 197).

Em sua ecologia decolonial, Ferdinand propõe a construção de um pensamento a partir da realidade local, em seu caso, pensar a partir do mundo caribenho, percebendo as marcas coloniais na forma de se pensar e se relacionar com a natureza. Sendo assim, a extensão universitária que se propõe a construir uma educação ambiental verdadeiramente crítica deve ser capaz de perceber os antolhos que limitam as possibilidades de se pensar os horizontes de luta. Não de forma diferente das críticas apontadas por Adorno e Horkheimer à violência e autoritarismo do modo como o capitalismo faz uso da indústria cultural para sorratamente definir o que é ou não uma possibilidade material de futuro (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 113-156).

“A ecologia decolonial é uma crítica renovada das colonizações históricas e contemporâneas, bem como de seus legados, crítica que leva a sério as questões ecológicas do mundo. Em primeiríssimo lugar, trata-se de reconhecer que a relação colonial não se reduz a uma relação entre grupos de humanos. Ela compreende também relações específicas com não humanos, paisagens e terras por meio do *habitar colonial da Terra*. Isso significa que a emancipação da dominação colonial não pode ser pensada unicamente como uma mudança da relação de humanos com humanos. Ela implica também uma transformação da relação colonial com as paisagens e com os não humanos, inclusive em suas formas escravagistas. A ecologia decolonial é, portanto, um prolongamento ecológico das críticas existentes da fratura colonial.” (FERDINAND, 2022, p. 198).

O colapso climático, o colonialismo, as cicatrizes de violências aos corpos e mentes de povos tradicionais, as marcas da escravidão e das violências de gênero, não são resolvidos com a mera agricultura orgânica ou a ecologia conservacionista. A agroecologia se encaixa perfeitamente nas necessidades de transformação epistemológica e reapropriação do território apontadas pela ecologia decolonial. Incorporando saberes tradicionais e científicos, acolhendo os tempos da natureza e profundamente marcada pelo seu viés político, a visão que rege a agroecologia é fundamental para se pensar futuros que sobrevivam ao capitalismo tardio. Suas técnicas de plantio buscam se aproximar dos processos sob os quais a própria natureza opera com plantios em abundância combinando consórcios de sementes, levando em consideração os estratos da floresta que inspira a horta, com podas frequentes que aceleram os ciclos de produção de matéria orgânica e valorizando a biodiversidade. Os ensinamentos de povos tradicionais, suas visões de mundo e técnicas de plantio tem possibilitado a construção de sistemas de produção de alimentos que desafiam o sistema capitalista e regeneram os solos.

“Portanto, a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar

o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência.” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 47).

Levando em consideração a urgência de formação de agentes capazes de atuar na luta socioambiental, sendo essa formação suficiente para abarcar os entremeios sensíveis da ecologia decolonial, a organização do espaço universitário como acelerador desse processo é criticamente oportuno. Mais que isso, devido ao impacto produtivista que encharca a produção acadêmica sob o capitalismo, levando-a a focar apenas na produção quantitativa de artigos, um dos maiores compromissos das universidades federais é negligenciado com implicações severas, a extensão universitária. De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), a extensão universitária é definida como:

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p. 15).

A possibilidade de estruturar campos de construção de conhecimento interdisciplinares e marcados pelos saberes tradicionais, associada a esse compromisso esquecido de posicionar o ambiente acadêmico como transformador e voltado para demandas e lutas sociais posicionam a extensão universitária como a ferramenta perfeita para a construção de um movimento ecológico orientado pela justiça social e apropriação, não só do espaço universitário, mas do mundo.

Paul Elliot Little em seu guia para a produção de estudos que transbordem a etnografia traz contribuições metodológicas dentro da ecologia política que moldam um horizonte de pensamento acerca da “etnografia dos conflitos socioambientais” e oferece ferramentas de construção metodológica profundamente enriquecedoras para se pensar extensão universitária vinculada à ecologia política, ressaltando a importância da transdisciplinaridade em um campo baseado na articulação entre “agentes sociais” e “agentes naturais”, ainda que não dissolva as fronteiras dos campos intelectuais que a compõe. Como ferramentas para frear o reducionismo que pode se apresentar como tendência na interdisciplinaridade o autor propõe que três princípios do paradigma ecológico orientem as pesquisas em ecologia política, sendo esses: o foco nas relações socioambientais; o reconhecimento dos contextos históricos e ambientais na produção de análises; e a valorização das dinâmicas de fluxo oriundas da ecologia. No entanto, a principal contribuição de seu guia se dá na discussão acerca da ética do antropólogo na produção da etnografia do conflito, ressaltando a impossibilidade de neutralidade em um campo sensível como o da ecologia política, mas frisando a obrigação do pesquisador em apresentar tanto as reivindicações do grupo estudado/defendido como suas “falhas de manobra” (LITTLE, 2006, p.85-103). Por fim, a posição do autor acerca dos usos das pesquisas em ecologia política na construção de políticas públicas, apresenta profunda sintonia com os projetos de extensão abordados neste trabalho.

A partir projeto “Teia dos Povos”, Spensy Kmitta Pimentel discute as experiências da Universidade Federal do Sul da Bahia no acolhimento de demandas populares por uma educação mais conectada com a materialidade local, com diálogo mais permeável e preocupado em amenizar as assimetrias de poder na legitimação epistemológica. As trocas com o povo Guarani e Kaiowá destacam uma dinâmica crítica do território brasileiro: o esvaziamento do campo e das comunidades tradicionais, dinâmica que é translocada à falha do Estado brasileiro no processo de educação desses sujeitos, seja por abandono ou por deslegitimação de saberes. A discussão acerca da construção de uma universidade e de uma educação verdadeiramente populares, não somente alinha os horizontes de pesquisa, mas oferece um histórico de iniciativas relevantes previamente construídas, assim como os obstáculos que enfrentaram, tal qual o projeto da UFSB “Ecologia dos saberes”. A noção de pesquisa popular é um dos pilares do trabalho desenvolvido, em um movimento de “inversão da extensão universitária tradicional”, a proposta que originalmente se apresentava como a oportunidade de partilhar os frutos da academia com a população civil (interpretada nesse contexto como passiva) transforma-se em uma oportunidade para criações científicas a partir da troca com os saberes tradicionais, colocando a sociedade civil como agente na produção epistemológica e a agroecologia como uma ferramenta fundamental nesse processo (PIMENTEL, 2023).

O segundo artigo de Spensy Kmitta Pimentel, “A Teia dos Povos e a universidade: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica.”, este escrito em coautoria com Paulo Dimas

Rocha de Menezes, explora também frutos da “Teia dos Povos”, dessa vez sobre o potencial da agroecologia enquanto fator emancipatório, não somente na produção agrícola e nos modos de vida tradicionais, mas especialmente na educação. A partir de repetidas trocas em jornadas de agroecologia, a agroecologia se apresenta como cristalização da luta decolonial, da luta pela soberania do território e pelos direitos de vida das comunidades tradicionais, ressaltando sua função na transição epistemológica com o enfrentamento das monoculturas seja nas lavouras ou nos saberes. A valorização do conhecimento produzido localmente, profundamente conectado com a prática material e com a emancipação de seus agentes, potencializa a agroecologia não somente como alternativa ecológica, mas como tecnologia social capaz de articular movimentos como o dos povos indígenas, dos camponeses e das comunidades tradicionais, além dos próprios desdobramentos da pesquisa em ecologia política (PIMENTEL; MENEZES, 2022). Além disso, as experiências e desafios apresentados ao projeto aplicado na UFSB, enriquecem o panorama do projeto “ICH Sustentável” e as discussões teóricas propostas a partir de sua implementação.

ESPAÇO AGROECOLÓGICO EWÈ E NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA

O núcleo de Estudos em Agroecologia foi concebido como parte do Laboratório Kizomba na Mata, com o propósito de incentivar intercâmbios de conhecimentos entre universidade, agricultores familiares e comunidades quilombolas, em especial a comunidade de São Pedro de Cima, através da agroecologia. A horta denominada espaço Ewè foi construída como parte das atividades do núcleo de pesquisa através de um mutirão que envolveu alunos, professores e técnicos administrativos da Universidade Federal de Juiz de Fora. Posteriormente, um forno de cupinzeiro que se tornou um símbolo dos esforços do professor Leonardo Carneiro na aproximação entre universidade e comunidades tradicionais foi construído no espaço adjacente à horta com auxílio de agentes da comunidade quilombola de Colônia do Paiol.

O laboratório Kizomba na mata desenvolveu ações ligadas à agroecologia não restritas ao espaço da universidade como o acolhimento do projeto “Boa Vizinhança” que atuava com jovens da Comunidade Dom Bosco em parceria com agentes da MOGICO, o Ecomuseu Comunidades Negras da Zona da Mata que contemplava sete comunidades quilombolas da Zona da Mata Mineira e o assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Denis Gonçalves, assim como os projeto efetivados na comunidade de São Pedro de Cima. Essas ações nas comunidades quilombolas eram parte do Núcleo de Estudos em Agroecologia e se organizavam sobre o desdobramento intitulado “Da transição agroecológica à diversidade produtiva” que registrava essas comunidades e realizava a regulamentação fundiária de seus territórios. Um dos maiores feitos do projeto foi a completa transição agroecológica da comunidade de São Pedro de Cima, assim como a construção de um atlas cultural dessa comunidade. Essa experiência retrata o potencial da universidade como aliado nas lutas por justiça socioambiental, tendo tido um profundo impacto na comunidade e gerado uma cobrança para com a universidade por parte dos sujeitos contemplados por suas ações.

Os alimentos produzidos no Espaço Ewè eram consumidos pelos próprios alunos e professores, sendo a experiência de colheita desses produtos sempre mencionada de forma afetiva nas lembranças dos sujeitos que frequentaram o Instituto de Ciências Humanas no período de funcionamento da horta. Posteriormente, o Núcleo de Estudos em Agroecologia foi descontinuado e tornou-se apenas o Espaço Ewè. Essa descontinuidade foi ocasionada pela falta de verba e falta de conscientização dos alunos acerca da importância de um núcleo de pesquisas como o NEA. Uma reunião com agentes do espaço Ewè para tentar reviver o NEA ocorreu, no entanto, não foi dada continuidade até a organização de esforços conduzida pelo projeto “ICH Sustentável”.

PROJETO “ICH SUSTENTÁVEL”

Com a descontinuação do Espaço agroecológico Ewè e do Núcleo de Estudos em Agroecologia, as pesquisas e atividades educativas acerca dos saberes tradicionais aplicados às ciências agrárias foram negligenciadas. O espaço adjacente à biblioteca do Instituto de Ciências Humanas que anteriormente havia sido transformado em horta e feito plataforma do acolhimento à comunidade a partir de múltiplos eventos educativos agora sustentava apenas um solo em retrocesso de qualidade e plantas necessitando de poda. O abandono institucional desse espaço cristalizava uma denúncia acerca dos perigos da não institucionalização

do compromisso com a pauta socioambiental, então, para revitalizar os esforços daqueles que anteriormente tentaram transformar o ICH em um ambiente não mais estéril, surgiu o projeto “ICH Sustentável”.

O projeto é uma iniciativa da Comissão de Sustentabilidade do Instituto de Ciências Humanas e tem como objetivo auxiliar a Direção do instituto na tomada de decisões acerca do manejo dos espaços constituintes do ICH. Intervenções estruturais e o manejo das áreas verdes adjacentes aos prédios visam não somente a melhoria paisagística mas, principalmente, a construção de ambientes dotados de instrumentos educativos que aproximem a luta socioambiental do espaço universitário. Entendendo que o cuidado do espaço público depende de um senso de pertencimento, as transformações estruturais tem como objetivo reorganizar os espaços do instituto e torná-los aptos a serem apropriados pelos usuários do instituto, incluídos estudantes, docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados para que assim as ações educativas possam ser absorvidas. Associadas a isso, campanhas educativas capazes de tocar a perspectiva dos indivíduos acerca da sustentabilidade de maneira não hermética ou limitada ao instituto são previstas de serem implementadas a partir de pesquisas cujo intuito é conhecer as formas de uso daquele espaço por seus frequentadores, acolhendo suas demandas com relação ao conforto ambiental, especialmente questões de temperatura, umidade e arborização em comparação com o antigo espaço do Instituto de Ciências Humanas quando ainda anexado ao Instituto de Letras a fim de dar destaque às carências das novas instalações.

Os objetivos específicos do projeto foram: Conhecer a percepção e necessidades dos usuários do Instituto no que se refere às questões de ambientais; Ampliar e melhorar os espaços de convivência externa, buscando maior contato com a paisagem natural presente no Campus; Implementar ações de conforto ambiental dentro e fora do prédio do Instituto; Criar uma “sala de aula” ao ar livre, como forma de oportunizar vivências mais conectadas com a natureza; Implementar ações efetivas de gestão dos resíduos, especialmente, os recicláveis; Implementar ações efetivas de redução de consumo de água e de energia; Implementar projetos de educação ambiental que corroborem para o fortalecimento das ações propostas; Qualificar agentes internos e externos para contribuírem com a elaboração, desenvolvimento e manutenção das ações; Promover pesquisas; Promover eventos para fomentar as ações educativas, Ampliar a utilização do espaço universitário para feiras culturais e de alimentos agroecológicos como enriquecimento das vivências sociais dos estudantes, professores, agricultores e comunidade civil;

A revitalização da horta é um marco às ações do projeto que busca não apenas recuperar o que foi perdido mas honrar os esforços passados e ampliar as possibilidades acadêmicas a partir da agroecologia, construindo uma sala de aula agroecológica ao ar livre. A transformação do espaço em uma sala de aula consistirá na construção de uma pérgola, constituindo o ponto central da horta e orientada para a parede compartilhada com a biblioteca. Fileiras de bancos longos que comportem múltiplas pessoas determinarão a orientação do espaço de aulas. O espaço dedicado à horta será ampliado, dentro ainda do gramado sobre o qual a horta atualmente está instalada. Uma vez que a proposta não é construir uma sala de aula com uma horta adjacente, mas, sim, uma sala de aula inserida em uma horta agroecológica, os espaços imediatamente adjacentes aos bancos, assim como entre a frente da sala de aula e os assentos, serão entremeados com arranjos agrofloretais de plantas de baixa estatura. A utilização das árvores já presentes, assim como espécies que possam ser plantadas, como meio de quebra para a luz direta do sol, associada à pérgola, permitirão que a utilização do espaço não seja restringida pela sazonalidade. O plantio da horta mandala é conduzido segundo princípios agrofloretais, visando a melhoria da qualidade do solo e a complexificação do ambiente. As podas frequentes e utilização da biomassa produzida pela própria horta, ou oriunda da manutenção de outras áreas verdes do campus, serão fundamentais desde o início da intervenção. Os consórcios de plantas serão majoritariamente voltados para lavouras de ciclos curtos e médios visando possibilitar a realização de múltiplas vivências de educação socioambiental ao longo do ano, sendo marcadas por momentos de plantio, manutenção e colheita. Plantas de ciclos longos não serão excluídas como uma possibilidade, mas sua utilização será associada a fins estruturais como redução da incidência de luz ou representação de espécies de interesse à pesquisa e educação.

Os canteiros internos do instituto serão transformados em modelos de hortas urbanas cumprindo a função de viabilizar um incremento à autonomia alimentar da população que terá contato com o projeto através de visitas associadas a eventos da faculdade e aulas abertas de manejo e construção de hortas urbanas. Plantas alimentícias não convencionais serão priorizadas no arranjo dos consórcios por seu valor simbólico histórico-cultural e de enriquecimento alimentar acessível, sendo essas plantas fundamentais ao processo de “alfabetização botânica”, dinâmica proposta por Valdely Kinupp e Harri Lorenzi na qual a partir

da capacitação do indivíduo de realizar uma leitura ambiental adequada, reconhecendo a expressão do mundo natural mesmo em ambiente urbano a partir de plantas espontâneas, não apenas seus horizontes de segurança alimentar são enriquecidos, como também o seu senso de pertencimento à natureza e portanto sua propensão a aceitação de práticas sustentáveis (KINUPP; LORENZI, 2021, p 13-33). Os canteiros internos do ICH seguirão as mesmas dinâmicas da horta-sala de aula. Levando em consideração a menor incidência de luz direta, os consórcios serão focados em plantas alimentícias não convencionais. A utilização desses espaços menores, espalhados pelo instituto, cumprirão papel educativo como modelo demonstrativo da possibilidade de implantação de hortas urbanas em pequenas escalas, questão fundamental à soberania alimentar e reivindicação de espaços urbanos.

A reestruturação de um núcleo de pesquisas voltado à agroecologia é outro dos pilares fundamentais para o projeto, operando sobre a memória da descontinuação do Núcleo de Estudos em Agroecologia. Tendo em vista que a principal dificuldade para a continuidade do núcleo de estudos foi a não institucionalização da iniciativa e sua vinculação a agentes personificados, separando-o da possibilidade de automanutenção por parte dos alunos, o laboratório e sala de aula ao ar livre cumprem a função simbólica de escancarar o compromisso assumido pela instituição com a institucionalização dessa luta. O espaço de aula cumprirá função como laboratório, enriquecendo as possibilidades da universidade de condução de pesquisa. Sua estruturação e manutenção como projeto de extensão apresentam amplas oportunidades de pesquisa, tanto para técnicas agrícolas quanto para experimentações na educação ambiental. O aproveitamento das dinâmicas da horta como laboratório, focando em relações socioambientais, práticas pedagógicas e técnicas agrícolas alternativas terá foco na formação de agentes capazes de realizar essa auto manutenção da qual a iniciativa carece, sejam esses agentes alunos, professores ou produtores de alimentos parceiros do projeto.

No momento de escrita deste artigo, algumas ações já tiveram início, em especial, o primeiro mutirão de revitalização da horta, a instalação de lixeiras recicláveis e campanhas de conscientização. Mesmo com o breve início, alguns desafios, novos e antigos, se expressaram com clareza.

DESAFIOS

Com o objetivo de compreender as falhas e dificuldades específicas dos projetos conduzidos na universidade, entrevistas com agentes dessas empreitadas foram conduzidas, em especial duas que serão aprofundadas a seguir.

A primeira dessas entrevistas foi conduzida com uma das ex-alunas que mais diretamente atuou nos antigos projetos da instituição e que foi orientanda do pró-reitor de extensão na época, o professor Leonardo Carneiro. A entrevistada ingressou na Universidade Federal de Juiz de Fora em 2011 e iniciou sua atuação nos projetos de agroecologia do novo instituto de ciências humanas no ano de 2014, por ter presenciado a adequação do recém construído instituto seu relato foi diretamente relacionada à questões materiais da realidade local e da postura da instituição perante essa iniciativas, não se atentando tanto a abstrações ou à questão global da ecologia. O primeiro dos desafios relatados é efeito das políticas de austeridade promovidas pelos últimos governos que não somente negligenciaram, mas sufocaram a pesquisa e educação públicas. A diferença no financiamento do projeto “ICH Sustentável” em relação aos projetos “Transição agroecológica a diversidade produtiva”, Núcleo de Estudos em Agroecologia e Espaço Ewè vinculados às iniciativas passadas de extensão universitária é considerável, sendo estes financiados com verba nacional pelo Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), enquanto o atual projeto tem sua verba vinculada à verba de extensão da própria instituição UFJF. Dessa forma, as possibilidades de construção de laços com profissionais associados à educação popular e luta camponesa não vinculados à universidade e capazes de promover uma forte troca de conhecimentos entre meio acadêmico e saberes tradicionais mas que demandam remuneração por seus serviços, são profundamente restringidas. As limitações de verba afetam também os recursos passíveis de serem utilizados nas reformas estruturais. Mesmo que essas limitações sejam enfrentadas de forma criativa pelos agentes envolvidos com o projeto, esses esforços poderiam ser melhor direcionados caso as políticas nacionais de apoio à extensão estivessem focadas no real fortalecimento desse tipo de iniciativa.

Ademais, a ex-aluna ressaltou como os braços administrativos da instituição como a pró-reitoria de infraestrutura e paisagismo tendem a interpretar as ações desses projetos como importunações ao funcionamento padrão da universidade, se colocando como um dos primeiros gargalos às ações de intervenção paisagística com função pedagógica no instituto. A falta de conscientização dos funcionários

terceirizados que prestam serviços à instituição acerca das iniciativas que estavam em construção naqueles espaços levaram esses agentes terceirizados a não respeitarem e desfazerem muitas dessas ações, ocasionando um real conflito de saberes que marcava o manejo da horta, como nas ocasiões em que os funcionários associados ao paisagismo institucional removeram repetidas vezes a cobertura vegetal dos consórcios de plantio da horta, parte fundamental dos sistemas agroecológicos. Essa dinâmica cristaliza, assim como o faz o lamentável manejo de pastagens realizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora dentro de seu campus, contribuindo para o agravamento das queimadas que já são frequentes nos períodos de seca, a postura da instituição ao favorecer, quase com exclusividade, o conhecimento hegemônico convencional, mesmo quando este se mostra insuficiente.

O segundo entrevistado de destaque foi parceiro tanto dos projetos conduzidos sob tutela do NEA, quanto do novo projeto “ICH Sustentável”. Produtor local de alimentos orgânicos e um dos responsáveis pelo movimento MOGICO e associado do Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada em Agroecologia, esse agente foi e continua sendo um dos pilares das ações conduzidas em parceria com os agricultores da Zona da Mata Mineira. Atuou em parceria com o NEA com o Projeto Boa Vizinhança e conduziu o mutirão de revitalização do Espaço Ewè. Sua proximidade com ações sociais ligadas à agroecologia direcionaram suas respostas a uma abordagem mais global com relação à luta socioambiental quando perguntado sobre os desafios postos às ações estudadas neste artigo. O entrevistado relatou que com uma postura agressivamente hermética, a universidade enquanto instituição atualmente se coloca criticamente desconectada de seu compromisso com a integração entre sociedade e os saberes produzidos. Os alunos passam pela experiência universitária muitas vezes sem sequer tomar conhecimento da existência desse tipo de iniciativa que ocorre na instituição que frequentam, ou pior, sem tomar conhecimento da importância e urgência da luta ambiental e da defesa dos saberes tradicionais. Discentes envolvidos com as questões ambientais e ativamente preocupados com a justiça social compõem o quadro de professores da instituição, no entanto, a falta de articulação entre esses profissionais compromete a longevidade de quaisquer iniciativas, vinculando seus esforços a suas próprias imagens e enfraquecendo a luta política associada à educação ambiental crítica. A pressão dos departamentos de pesquisa e extensão sobre os professores e pesquisadores das instituições federais agrava esse quadro ao associar quaisquer iniciativas ao enriquecimento de seus currículos e prestígio de projetos associados a editais específicos com a finalidade de se adequarem ao acelerado produtivismo acadêmico que é marca do capitalismo tardio, aprofundando o individualismo que sufoca a luta coletiva mesmo nesse tipo de ação. Contraditoriamente, marcas de subjetividade e de vivências específicas associadas à experiência de conhecimentos tradicionais são inevitavelmente pasteurizadas pelo rigor acadêmico, frequentemente abafando a singularidade dos conhecimentos que poderiam ser produzidos no intercâmbio entre universidade e comunidades tradicionais.

Por fim, um fator específico da instituição foi destacado por ambos entrevistados, especialmente a partir da primeira tentativa de construção do Espaço Ewè que seria adjacente ao lago da universidade, área atualmente tomada por um bambuzal, a postura dos agentes contratados para segurança do patrimônio da instituição. Relatos são comuns de alunos sendo ostensivamente reprimidos por fazerem uso do espaço universitário, mesmo quando esse uso era diretamente vinculado a uma atividade de extensão ou luta estudantil como nas tentativas de construção de horta ou anfiteatro a céu aberto no bambuzal e que tiveram suas atividades bruscamente interrompidas por esses agentes que operaram como se a iniciativa oferecesse risco ao patrimônio institucional. Com isso torna-se cognoscível a falha da instituição em apresentar seus espaços como acolhedores e apropriáveis pelos alunos, com uma postura que coloca a suposta preservação do patrimônio a frente do acolhimento dos alunos, fazendo-se uma mera transição na trajetória acadêmica desses alunos e não um espaço capaz de nutrir sentimentos de defesa e continuidade. Sendo assim, esforços bem direcionados e tentativas de transformação não são necessariamente raras, mas sua sobrevivência encontra-se comprometida mesmo antes de sua efetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços para humanizar o instituto recém construído que colocaram a horta agroecológica como chave nesse processo de tornar o Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora mais verde, mais acessível e passível de apropriação por parte daqueles que o frequentam, demonstram os constantes avanços e remediações de retrocessos que pontuam a luta por justiça socioambiental. O panorama apresentado, tanto acerca da realidade local, quanto da discussão global sobre

a construção de bases epistemológicas carregadas de regionalismos e singularidades, convergem para um mesmo horizonte de luta: a ecologia decolonial como ferramenta de luta política cristalizada na agroecologia e instrumentalizada pela extensão universitária são a chave para a formação de sujeitos criticamente aptos a se apropriarem do mundo e assim regenerá-lo.

A marcada necessidade de pesquisa, tecnologia e suporte à agricultura e regeneração do solo associado ao potencial de articulação de sujeitos presente no ambiente universitário coloca a universidade em posição privilegiada para estimular não só a construção de uma epistemologia suficiente para enfrentar o capitalismo, mas também de futuros não depauperados pela crescente barbárie. No entanto, as instituições de ensino superior ainda se encontram muito desconectadas desse compromisso social, colocando essa urgência à mercê de iniciativas singulares como as descritas neste artigo. A formação e institucionalização de um núcleo focado em ecologia política, que seja gerido pelos próprios alunos a fim de não depender de discentes cujas agendas de pesquisa se alinhem com esses interesses, ou de esporádicos financiamentos para sua autopreservação pode ser um caminho possível de fortalecimento da discussão a longo prazo dentro da Universidade Federal de Juiz de Fora, no entanto, o maior valioso a se ressaltar é o quanto descontinuações e rupturas prejudicam a perspectiva da luta ecológica. Qualquer personificação e individualismo se torna cicuta nessa luta que é inescapavelmente coletiva.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
- BERNARDELLI, Tânia Mara dos Santos et al. **Tijolo por tijolo: integração regional e a construção de duas escolas latino-americanas de agroecologia no Brasil e na Venezuela**. 2021.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. In: 3rd Congresso Brasileiro de Agroecologia, Florianópolis, Brasil, Anais: CBA. 2006.
- DE MOURA, Iracema Ferreira; DE SOUZA, Cláudia; CANAVESI, Flaviane. **Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional**. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 23, p. 1019-1030, 2016.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- KINUPP, Valdely Ferreira. **Plantas alimentícias não convencionais (PANCS) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. 2 ed. Nova Odessa, SP: Jardim Botânico Plantarum, 2021.
- LEANDRINI, Josimeire Aparecida et al. **Extensão em agroecologia: as ações da Universidade Federal da Fronteira Sul**. *EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFFS*, p. 22, 2020.
- LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. v.12, n. 25, p. 85-103, jan. 2006.
- PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. **A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos**. *Sociedade e Estado*, v. 35, n. 01, p. 307-337, 2020.
- PIMENTEL, Spensy Kmitta - **EM BUSCA DA UNIVERSIDADE POPULAR: reflexões sobre um bom encontro possível entre a pesquisa antropológica, a educação popular e a agroecologia**. *Caderno CRH*, v. 36, p. e023008, 2023.

PIMENTEL, Spensy Kmitta; MENEZES, Paulo Dimas Rocha - **A Teia dos Povos e a universidade: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica**. Ambiente & Sociedade, v. 25, p. e00941, 2022.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo: A agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2021.